



24) Decisão judicial de decretação da prisão por sentença condenatória

____.ª Vara Criminal da Comarca de ____.
Processo n.º _____

RELATÓRIO

FUNDAMENTAÇÃO

DISPOSITIVO:¹

Ante o exposto, condeno o réu “S”, qualificado a fls. ____, como incurso no art. 157, § 3.º, segunda parte, do Código Penal, ao cumprimento da pena de 23 (vinte e três) anos de reclusão.

FUNDAMENTAÇÃO DA PENA²

Cumprirá a pena integralmente no regime fechado.³

O réu não poderá aguardar o julgamento de eventual recurso em liberdade, porque é reincidente em crime patrimonial doloso (certidão de fls. ____), além de registrar antecedentes criminais por outros delitos (fls. ____), nos termos do art. 594 do Código de Processo Penal. Expeça-se mandado de prisão.⁴

OU

O réu não poderá aguardar o julgamento de eventual recurso em liberdade, pois, embora primário, registra vários antecedentes criminais, pela prática de outros delitos dolosos, nos termos do art. 594 do Código de Processo Penal. Expeça-se mandado de prisão.⁵

OU

O réu não poderá aguardar o julgamento em liberdade, pois, embora primário e sem antecedentes, cometeu crime grave, sujeito a elevada pena, além de ter empreendido fuga após o cometimento da infração penal, encontrando-se em lugar desconhecido até o momento, colocando em risco a efetiva aplicação da lei penal (art. 312 do CPP).⁶ Expeça-se mandado de prisão.⁷

P. R. I.

¹ A prisão por condenação é matéria a ser tratada no dispositivo da sentença.

² Após a indicação do montante da pena, deve o juiz esclarecer as razões pelas quais chegou àquele patamar, fundamentando cada etapa (art. 68, CP).

³ O crime de roubo seguido de morte (latrocínio) é hediondo. Por força da Lei 8.072/90 deve a pena ser cumprida integralmente no regime fechado. Pensamos ser inconstitucional essa proibição de progressão, mas, por ora, é a posição predominante nos tribunais.

⁴ A reincidência e os maus antecedentes do réu, associados à condenação por latrocínio, permite supor que a ordem pública está em risco. Por isso, decreta-se a prisão.

⁵ Nesta hipótese, embora primário, o réu tem antecedentes criminais e a imputação refere-se a crime grave, o que também permite supor estar a ordem pública em risco. É a razão da prisão cautelar.

⁶ O réu é primário e não registra antecedentes, porém praticou crime grave e, durante a instrução, fugiu, o que configura situação propícia à decretação da preventiva. Logo, a fuga do acusado é motivo suficiente para a custódia cautelar.

⁷ É importante ressaltar que, quando presentes os requisitos da prisão preventiva, em regra, o réu já deve estar preso por ocasião da condenação. Nesse caso, o juiz deve confirmar que permanecerá custodiado, demonstrando que os motivos da prisão permanecem presentes.

Comarca, data.

Juiz de Direito